
INDÍGENAS NA/DA CIDADE: TERRITORIALIDADES DO POVO MANCHINERI NA CIDADE DE RIO BRANCO/AC

INDIGENOUS IN/FROM THE CITY: TERRITORIALITIES OF THE MANCHINERI PEOPLE IN THE CITY OF RIO BRANCO/AC

Alessandra Severino da Silva Manchinery¹

Maria de Jesus Moraes²

Rogério Nogueira de Mesquita³

RESUMO: Este artigo é uma ampliação de um capítulo da monografia “As Territorialidades do Povo Manchineri”, apresentada, em 2014, na Universidade Federal do Acre. Nosso objetivo é discutir a temática índios na/da cidade. Os primeiros são oriundos do processo migratório e os segundos tiveram nascimento na cidade. Para tanto, o recorte empírico é o povo Manchineri, que vive na cidade de Rio Branco, capital do estado do Acre. Neste artigo, é dado especial destaque para suas motivações para virem para a cidade e como se reconhecem enquanto indígenas, no contexto urbano. Como metodologia, trabalhamos com trajetórias, o que nos permitiu conviver com indígenas. Com base nas vivências e pesquisa de campo, podemos dizer que são muitas as razões, para os Manchineri virem para a cidade e várias são as estratégias para nela permanecerem como indígenas.

Palavras-chave: Povo Manchineri. Cidade. Territorialidade.

ABSTRACT: This article is an extension of a chapter of the monography “The Territorialities of the Manchineri People, presented in 2014 at the Federal University of Acre. Our goal is to discuss the theme of indigenous in/from the city. The firsts are from the migratory process and the seconds were born in the city. For this, the empirical cut is the Manchineri people, who live in the city of Rio Branco, capital of the state of Acre. In

1 Indígena do povo Manchineri. Geógrafa pela Universidade Federal do Acre/UFAC. Mestra e Doutoranda em Geografia na Universidade Federal de Rondônia/UNIR. Pesquisadora do Grupo de Pesquisa Geografia, Natureza e Territorialidade Humana – GENTEH/UNIR. E-mail: amanchinery@gmail.com.

2 Doutora em Geografia pela Universidade Federal Fluminense e, Pós-doutorado em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo. Professora do Curso de Geografia e, dos Programas de Pós-Graduação Mestrado em Geografia e, Mestrado e Doutorado em Letras na UFAC. Líder do Grupo Sobre Produção do Espaço na Amazônia. E-mail: mjmoraes@hotmail.com.

3 Mestre e Doutoranda em Geografia pela UNIR. Pesquisadora do Grupo de Estudos e Pesquisa Geografia, Mulher e Relações Sociais de Gênero – GEPGÊNERO/UNIR. E-mail: rogerio_vitorioso@yahoo.com.br.

this article, special emphasis is given to their motivations for coming to the city and how they recognize themselves as indigenous people, in the urban context. As a methodology, we worked with trajectories, which allowed us to live with indigenous people. Based on experiences and field research, we can say that there are many reasons for the Manchineri to come to the city and there are several strategies for staying there as indigenous people.

Keywords: Manchineri people. City. Territoriality.

EXPOSIÇÕES INICIAIS

Iniciamos este artigo a partir da experiência de Alessandra Manchineri, uma das autoras, ex-aluna do curso de geografia bacharelado da UFAC e, dos diversos estranhamentos pelos quais passou na Universidade e, na cidade, em geral. Mais ainda, das diversas vezes que lhe apontaram o dedo e diziam que ela não era mais índia, pois vivia na cidade e se vestia como ‘branca’, apesar dos seus diversos colares. Por diversas vezes, teve que explicar que a condição de indígena vai além do local onde se vive.

O título do artigo “indígenas na/da cidade” traz esta problemática, a situação de ser ‘indígena na cidade’. Segundo classificação de Bernal (2010), indígena na cidade diz respeito ao processo migratório para as cidades, seja em busca de empregos, tratamento de saúde, educação ou um novo estilo de vida e, ‘indígena da cidade’ refere-se aos nascidos na cidade. Estes, na maioria das vezes, “não falam a língua dos seus ancestrais, não compartilham os costumes dos seus parentes e nem os conhecem, apenas por meio das narrativas e da experiência dos seus irmãos mais velhos” (p. 189) e, também das vivências nas aldeias, ou no encontro com os parentes que vem da aldeia para a cidade.

Alguns rótulos são usados para designar os indígenas na/da cidade, como “índios urbanos”, “índios citadinos”, “índios desaldeados”, “índios aculturados”. Segundo Baines (2001), a “mesma pessoa pode se considerar indígena em alguns contextos”, e não em outros, ou “apelar a outras identidades genéricas, geradas historicamente em situações de contato interétnico, como caboclo, índio civilizado, descendente de índio, remanescente, índio misturado” (p. 16).

Na cidade, há um estranhamento da população não indígena com relação aos índios na/da cidade. Este estranhamento está relacionado ao imaginário que associa índios à floresta/natureza, por um lado, e não-índios à cidade/civilização, por outro lado. O indígena, no ambiente urbano, tende a ser pensado como um processo de “desagregação cultural”, aculturação, que o tornaria igual a outro e, em consequência, deixaria de ser índio (NUNES, 2010).

A temática de indígenas, em contexto urbano, tem Roberto Cardoso de Oliveira como pioneiro. Este, em 1968, defendeu a Tese de Doutorado “Urbanização e Tribalismo”, sobre os índios Terena, nas cidades de Campo Grande e Aquidauana (MT). Naquele momento, já percebeu esta dualidade de ser indígena na/da cidade. O autor fala deste “duplo processo, qual seja, a “presença” da cidade na aldeia/reserva, e a “persistência” da aldeia na cidade” (BAINES, 2001, p. 18).

Os povos indígenas, como ressaltam diversos autores, como Baines (2001), sempre estiveram na cidade, não como indígena, mas precariamente inseridos no seu dia a dia. O que tem mudado é que, a partir do censo de 1991, os indígenas, nos espaços urbanos, são contabilizados. Estes predominam em cidades da Amazônia, cidades nordestinas e cidades do Mato Grosso do Sul, como atestam os estudos de Bernal (2010), sobre indígenas na cidade de Manaus e Batistoti e Latosinski (2019), sobre os Terena em Campo Grande, para citar dois autores.

Com base nestas inquietações, elaboramos este artigo, em que narramos as territorialidades dos Manchinery, que vivem e nasceram na cidade de Rio Branco. Vera Olinda, ativista da Comissão Pró Índio do estado do Acre, situa o contexto da chegada dos Manchinery na cidade de Rio Branco. Esta aponta os anos de 1980 como o primeiro registro da saída de Manchinery das aldeias e suas chegadas em Rio Branco, bem como os motivos que fizeram com que os indígenas se descolassem das aldeias para as cidades.

Para Olinda, “foi por questões políticas, no caso de ‘Zé Urias’ (4), este, veio para a cidade para lutar pela demarcação das Terras Indígenas Manchinery”. Seu Zé Urias atuou no Conselho Indigenista Missionário/CIMI, depois no Núcleo de Cultura Indígena, e União das Nações Indígenas do Acre e Sul do Amazonas – UNI/AC (entrevista à Alessandra Manchinery/2014). Hoje, muitos migram para Rio Branco em busca de educação formal e, por questões de saúde. Mas, nos anos de 1980, a migração deu-se por questões ligadas ao movimento indígena local e regional.

Devido às muitas contribuições dos debates epistemológicos que aconteceram nas ciências humanas e aos esforços da geografia em acompanhar essas mudanças sobre indígenas na cidade e, sobretudo, na Pan-Amazônia, conseguimos reunir material sobre povos indígenas nos centros urbanos. Por outro lado, o próprio tema, “índios na/da cidade”, é bastante complexo, porque, até pouco tempo, era desconhecido e, consideravam índios somente aqueles que moravam em terras tradicionais, ou seja, as terras indígenas.

Assim, a cidade de Rio Branco é um exemplo de diversas territorialidades indígenas onde vivem diferentes povos. Conforme dados do Relatório do CIMI, de 2012, alguns grupos indígenas vivem em estado de exclusão pela sociedade “branca”, e seus direitos são totalmente negligenciados, deixando muitos marginalizados e fora das políticas de assistência social. Neste sentido, destaca-se que muitos Manchinery encontram meios estratégicos e diferentes formas onde é possível não perder sua identidade, mas criam e recriam possibilidades de manifestar sua cultura em meio a tantos obstáculos que lhe impossibilitam na cidade.

Buscamos, assim, entender a territorialidade, levando em consideração a questão da identidade coletiva do grupo com o seu espaço de convivência social, de reprodução e de representação, pois isso levam-nos a refletir o território para além do visível. Neste caso, entendemos como Haesbaert (2004, p. 87), “se olharmos somente as formas espaciais, com certeza, estamos esquecendo daquilo que lhe dá vida e sentido, ou seja, a maneira pela qual este espaço é “vivido”, valorizado e simbolizado”. É nesta forma que nos enraizamos e aprofundamos este trabalho, criando pontes e formas de contribuir com estudos sobre povos indígenas em contextos urbanos.

Feitas tais considerações, temos que a territorialidade, as identidades coletivas constituem-se como elementos aglutinadores como espaço experiencial de convivência, locus privilegiado para a reprodução e de representação, de modo que incorpora elementos e fenômenos imateriais. A materialidade ocorre como resultado das ações humanas, a qual é assim explicada e concordamos com Haesbaert (2004, p. 87) ao expor que:

“São formas familiares de territorialidade humana, juridicamente reconhecidos, a começar pela propriedade privada da terra, pelas quais ela também se manifesta em diversos outros contextos sociais. Neste sentido é uma expressão geográfica básica do poder social. É o meio pela qual o espaço e sociedade estão inter-relacionados.”

É nesta forma que nos enraizamos e aprofundamos este trabalho, criando pontes e formas de contribuir com estudos sobre povos indígenas em contextos urbanos.

Para tanto, o artigo está dividido em dois itens, cada um com uma representação da realidade do Povo Manchinery, que reside e/ou nasceram na cidade de Rio Branco.

TERRITÓRIOS MANCHINERI NO CONTEXTO RIO-BRANQUENSE

Devido ao processo de urbanização, houve intensa influência sobre parte dos povos indígenas no Brasil. Episódio esse confirmado, já que existe um grande número de membros da população indígena morando nos centros urbanos. Neste caso, Rio Branco ganha destaque no estado do Acre, porque há muitos indígenas que chegam e/ou nasceram neste ambiente, e que logo, por algum motivo, tornam-se permanentes, contextualizando-se como cidadãos marginalizados ou sendo tratados como subcategorias pelos “brancos” opressores de minorias.

Isto posto, este item trata de mostrar uma avaliação sobre a permanência dos indígenas na zona urbana, mediante pesquisa feita em 2011 e publicada em 2012 pelo CIMI e, pesquisas de campos ao longo destes anos e, a própria vivência de uma das autoras.

A territorialidade urbana de povos indígenas é uma temática estudada por Bernal (2009, 2010) e pelo grupo de estudos sobre Cartografia Social, coordenado por Alfredo Wagner Berno de Almeida *et al.* (2010). Desta é que tomamos como base teórica para aprofundamento sobre a questão, pelas quais observamos que a geografia, como um campo amplo, precisa discutir pelas diferentes óticas dos povos que são ocultados e, muitas vezes, não têm vozes e nem acesso para dizerem o que pensam.

Para Almeida *et al.* (2010), existem duas modalidades de territorialidade urbana de indígenas. A primeira é referente aos índios urbanizados, já a segunda sobre os índios na cidade. Os indígenas urbanizados dizem respeito àqueles que já estão inseridos na vida urbana, com os valores da cidade e, os indígenas na cidade aqueles que, mesmo vivendo ou andando pela cidade, mantém fortes traços culturais com a aldeia. Interessa-nos, mais de perto, discutir as territorialidades do povo Manchineri, levando em conta estas duas situações.

A territorialidade urbana, do povo Manchineri, constitui um fenômeno relativamente recente e ainda pouco estudado, quando se refere à temática e à relação da aldeia/cidade. Rio Branco, por ser a capital do Acre, tem recebido uma grande massa de migrantes indígenas, e, neste processo migratório, encontram-se algumas famílias Manchineri.

Diante disso, verificamos aspectos relativos ao poder e à tomada de decisões no interior de seus territórios para realizarmos o estudo sobre territorialidades indígenas. Com isso, vimos um forte vínculo da territorialidade com o passado, através da coleta, da caça, da pesca, da roça, da moradia, da cooperação e dos arrendamentos de terras.

Neste sentido, destacamos que o fator é importante para auxiliar na concepção de território presente entre os Manchineri, que se expressa nas lutas pelo domínio e pela organização de seu espaço territorial na cidade. A partir dessa perspectiva, identificamos algumas características socioeconômicas, familiares e migratórias da população Manchineri, que mora na cidade de Rio Branco. Além disso, fizemos uma breve avaliação sobre suas condições de vida, acesso à saúde e educação formal.

Presença indígena na cidade de Rio Branco

Segundo o Censo do CIMI de 2012, viviam na cidade de Rio Branco, em 2011, 1.020 indígenas de 16 povos, conforme podemos visualizar na Tabela 1.

Tabela 1. Povos indígenas na/da cidade de Rio Branco, em 2011.

Povo	Quantidade de pessoas	Povo	Quantidade de pessoas
Apurinã	491	Kaxarari	06
Huni Kui (Kaxinawa)	278	Arara	06
Manchineri	81	Kambeba	04
Shanenawá	50	Kaigang/Guarani	04
Jaminawá	39	Ashaninka	04
Yawanawá	15	Apolima Arara	04
Jamamadi	13	Kulina	03
Nawá	07	Bakairi	03
		Não sabe	12

Fonte: dados CIMI (2012) organizado por Alessandra Manchinery.

Não há dúvidas de que a Tabela 1 traz uma amostra do “recente” panorama de diferentes povos indígenas na cidade de Rio Branco. O povo de maior expressão na cidade são os Apurinã, que possuem terras indígenas no sul do estado do Amazonas e, três comunidades próximas ao estado Acre: comunidade do KM 124 e a comunidade do KM 137, ambas na Terra Indígena BR-317 e, a comunidade do Km 45 na TI Boca do Acre.

Estas duas terras indígenas estão rodeadas por fazendas, o que contribui para a desagregação e a migração deste povo para a cidade. O segundo povo de maior expressão na cidade de Rio Branco são os Huni Kui. Inclusive, parte destes vivem, atualmente, no Centro Huwã Karu Yuxibu, na estrada transacriana, zona rural do município de Rio Branco.

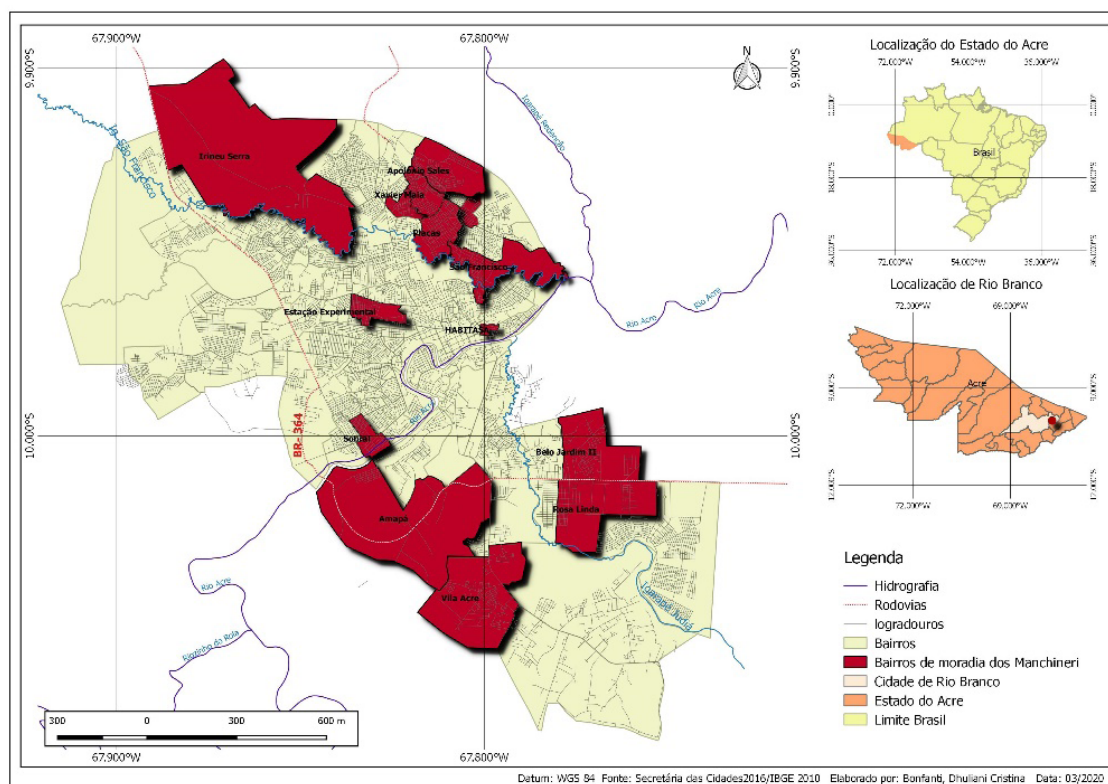
Em conformidade com a avaliação do CIMI (2012), e nos trabalhos de campo, asseguramos que esse cenário de mobilidade é causado, devido a sérios problemas sociais existentes dentro das aldeias, como a falta da educação escolar indígena e, principalmente, atenção à saúde primária. Rio Branco, como capital do Estado do Acre, tornou-se um exemplo de concentração urbana de população indígena e, miscigenada à procura de uma melhor qualidade social de vida.

Os Manchineri, o terceiro povo com maior número de habitantes em Rio Branco, por sua vez, acabam por se incorporar em uma nova dimensão política, econômica, cultural, e que acabam por ser colocados na nova ideia de “índio urbanizado”. Essa concepção parece-me como uma contradição em termos que o índio selvagem, camuflado entre prédios, é pensado como um indivíduo deslocado, fora de seu próprio mundo, em contradição com a essência de seu ser, e torna-se logo o índio desaldeado e desculturado.

Esses termos fazem com que cresça a ideia de que os indígenas devem estar sempre na floresta. No entanto, a questão dos Manchineri não está somente relacionada às terras indígenas, mas também a conflitos locais, à falta de saúde e à falta de educação formal com qualidade, como também mobilidade para ingressar no movimento indígena.

A cidade torna-se a segunda moradia do indígena, um “novo território”, uma “nova terra”. Em 2014, por exemplo, já residiam, em Rio Branco, 90 Manchineri, distribuídos em 21 famílias, como podemos ver no Mapa 1 e Quadro 1. Estas famílias viviam/vivem em 13 bairros da cidade de Rio Branco, sendo que alguns têm caráter rural, como o Ramal do Amapá e o Belo Jardim.

Alguns Manchineri vivem em áreas de risco, como por exemplo, áreas de desbarrancamentos. Apesar de haver muitos Manchineri na cidade, algumas destas famílias não mantêm contatos entre si. Entretanto, o importante é entender o principal motivo do trânsito para a cidade. Para visualizarmos essa questão, elaboramos o Quadro 1, sobre a distribuição espacial e a motivação desse trânsito familiar para a cidade de Rio Branco.



Fonte: Entrevistas realizadas por Alessandra Manchineri/2020

Figura 1. Bairros da cidade de Rio Branco, onde vivem famílias Manchineri.

Quadro 1. Mapeamento e bairros de famílias Manchineri que moram na cidade de Rio Branco

Nome (Chefe)	Bairro	Trabalha	Membros	Total	Motivação
José Severino da Silva (Tio Zé)	Belo Jardim	Sim	Zé Manchineri e filhos, casado com não indígena	05	Trabalhar
João Severino da Silva	Belo Jardim	Sim	Manchineri casado com não indígena	05	Trabalhar
Francisco Natico Matias	Belo Jardim	Aposentado	Tem 5 filhos e, é aposentado	07	Saíram da aldeia por motivos particulares
André de Souza Brasil	Cabreúva	Sim	Casado com não indígena e não tem filhos	02	Veio acompanhar os pais e estudar
Soleane de Souza Brasil Manchineri	Cabreúva	Não	Mora com irmãos. Tem duas filhas	06	Veio com seus pais ainda quando era criança

continua

continuação

Nego Manchinery	Irineu Serra	Sim	Tem um casal de filhos, e é casado com não indígena	04	Estudar
Zete Alves de Souza Manchinery	Irineu Serra	Sim	Não tem filhos e é casada com não indígena	02	Estudar
Eugles Manchinery	Placas	Sim	Tem uma filha e, é casado com uma não indígena	04	Veio morar com a mãe
Eulge Arthur Manchinery	Placas	Sim	Casado com não indígena, tem duas filhas	04	Veio junto com sua avó morar na cidade
Francisco Samarrã Maimará Manchinery (Chico)	Santa Maria	Sim	Tem dois filhos e é casado com Kaxinawá	06	
Jessé Manchinery	Santa Maria	Sim	Casado com não indígena	02	Meio acompanhar o pai e não voltou mais
Elza Severino da Silva Manchinery (Yoka)	São Francisco	Sim	Felipe, Pâmela, Simão e Marlon Manchinery (nasceram em Rio Branco)	06	Estudar
Jangle Felipe Manchinery	São Francisco	Não	Mora com a mãe e tem duas filhas	04	Nasceu na cidade
João Cascudo	Ramal do Amapá	Aposentado	Mora com a esposa e seus 3 filhos, além dos netos	09	Motivo particular
Nega Manchinery	Ramal do Amapá	Dona de casa	Mora com seu esposo que é do Povo Kaxinawá	04	Veio com sua mãe e seu pai.
Maria das Chagas Souza Manchinery (Duca)	Vila Acre	Não	Casada com Kaxinawá	05	Estudar
Maria Cândida Alves Rodrigues (Tia Canda)	Sobral	Aposentada	Sába Haji, Joana, Ribamar, Tody, Raimundo, Mina e Edinei, Chuva e um neto	11	Não é indígena, morou na aldeia Manchinery, e voltou para a cidade novamente
Dina Manchinery	Apolônio Sales	Aposentada	Manchinery casada com não indígena	05	Trabalhar
Lucas Brasil Manchinery	Estação Experimental	Sim	Duas filhas e casado com Manchinery	04	Trabalhar na CPI/AC
Alana Manchinery	Xavier Maia	Sim	Filha de Manchinery com não indígena	02	Nasceu na cidade
Alexandre de Souza Brasil	Baixada da Habitasa	Sim	Casado com não indígenas e tem duas filhas	04	Veio acompanhar os pais e estudar

Fonte: dados do trabalho de campo, elaborado por Alessandra Manchinery/2020

O Quadro 1 remete ao que nós chamamos de “território urbano” Manchinery, que é constituído pelo núcleo familiar, elementos essenciais para a compreensão das formas de ocupação e das mudanças que estão ocorrendo com a mobilidade incontrolada. Logo, na cidade isso se torna visível como local de lutas por direitos iguais dos não indígenas. Alguns indígenas, neste caso, acabam por ser influenciados por um processo de longa

duração, processo esse que se realiza nas novas formas como os jovens agregam a cultura do “branco” para si. Isso não quer dizer que são proibidos ou que perderam sua cultura tradicional, mas que é uma estratégia de amenizar os preconceitos e a discriminação pelos seus diferentes modos de viver e ver o mundo; assim esses jovens tornam-se novos sujeitos sociais locais que moldam as formas de ocupação do espaço, de definição das novas territorialidades, de lógicas políticas e identitárias.

No entanto, mesmo tendo parcialmente “direitos legais” nas terras indígenas, muitos têm saído das aldeias, seja individualmente, seja em grupo familiar, onde gozam da liberdade cultural e da “proteção oficial”. Alguns Manchineri migraram para a cidade e se organizaram politicamente, na tentativa de conquistar direitos como cidadãos em contexto urbano, e não somente como categoria que pertence a uma minoria. Sendo assim, muitos têm lutado para conquistar outros direitos, como o ingresso nas universidades, espaços físicos nas instituições não governamentais e governamentais, e, assim, vão formando novas territorialidades na cidade.

Esta é uma questão desafiadora para a ciência, em especial para Geografia. Pois os “universos” indígenas vêm se familiarizar e envolver-se, cada dia mais, com processos do mundo do “branco”, do mundo ocidental, como, por exemplo, o consumo, os processos de monetarização, de dependência de mercadorias industrializadas.

Os Manchineri no ambiente urbano

No ano de 2011, o Conselho Indigenista Missionário realizou um Censo na cidade de Rio Branco, onde foram coletados que residiam 81 pessoas Manchineri. Em 2014, esse número diminuiu para 21 famílias (pesquisa de campo 2014), pois alguns retornaram para sua Terra indígena de origem, ou migraram para outro Estado.

O Quadro 1 é uma demonstração das famílias de Manchineri que vivem em Rio Branco. Alguns formaram famílias com indígenas de outros povos e, com não indígenas, e assim se reinventaram em novas territorialidades. Não obstante, a cidade tem sido, em sua peculiaridade, definidora da modalidade do desenvolvimento do capitalismo, do consumo, da exclusão social na sociedade “branca”.

Nesse passo, os Manchineri, assim como outros indígenas, estão inseridos nestes processos do mundo não indígena, que envolve o consumo, os processos de monetarização, de dependência de mercadorias industrializadas, mercado de trabalho, conversão religiosa, educação escolar, formação acadêmica/intelectual ou técnica, modos de sociabilidade, modos de se vestir, modos de comer, modos de pensar. Em suma, esses são os “novos territórios” Manchineri.

Apesar de, hoje, a maioria dos indígenas também terem peso na economia e na própria forma de produzir o espaço, dar sentido à experiência mundana, estes continuam a ser marginalizados. Raimundo Manchineri, na entrevista que nos concedeu, disse-nos que:

Vimos da aldeia depois que meu pai faleceu. Os parentes não queriam minha mãe por lá. Fomos obrigados a sair. Sou vigilante na cidade. Já voltei uma vez para dar aula. Passei dois anos, mas os parentes não são interessados. Não tenho vontade de voltar para a aldeia. Já sofri preconceito sim na cidade. Eu quero me inserir no curso superior. Nós, que somos urbanizados, temos uma visão mais ampla em todos os sentidos. Os parentes das aldeias ainda possuem um pensamento muito limitado. É uma pena. Os parentes da aldeia são

parecidos com crianças. Eu aprendi muitas coisas todos esses anos na cidade, coisas que nunca iria aprender, se estivesse na aldeia. Pretendo ser empresário. Eu não tenho muitas relações com os outros manchineri que moram na cidade, somente com vocês (Raimundo Manchineri “Pixoto”, morador no Bairro Sobral em entrevista realizada em 15 de março de 2013).

Esse contexto de fala mostra a passagem dos Manchineri da aldeia para o ambiente urbano. Também pensado como um processo de “desagregação cultural”, aculturação e consequentemente considerados pelos não indígenas como desaldeados, destribalizados, desculturados, desterritorializados. Esses termos são usados, em muitos casos, nas universidades e em outros ambientes, para caracterizar os indígenas que moram na zona urbana. Na fala do Pixoto, vemos, claramente, a perspectiva do índio urbanizado, capturado pela cidade, que vê a aldeia como local do atraso.

Isso faz com que os Manchineri tornem-se outros e somente mais uma classe-categoria, vivendo na zona urbana de maneira excluída. Assim, tratamos de afirmar que esse jogo de associações pejorativas sobre os indígenas, de forma geral, tornando-os como único arranjo do preconceito étnico sobre os Manchineri, encontramos essa construção no imaginário nacional da população “branca”. Imaginário esse que são efetivamente maldosos para quem chega na cidade com um modo de vida tradicional distinto. Eri Manchineri, por exemplo, relatou-nos que:

Eu não nasci na aldeia. Nasci nas margens de um riozinho que é um afluente do Xapuri (na época era um seringal), fui para a cidade com uns seis anos de idade. E já sofri preconceito por não indígenas, e até pelos próprios parentes mesmo, falavam que eu não era mais indígena porque eu morava na cidade. O que eu entendo sobre territorialidade, para mim, pode ter vários sentidos se aproximando mais a nós indígenas. E, eu moraria um dia na aldeia sim. Na cidade acho que perdemos bastante a cultura, os adornos, idioma e costumes tradicionais mesmo, talvez por causa dos preconceitos, e em parte as influências das religiões, que é uma coisa que afeta bastante os costumes dos povos indígenas. E acho que o direito a religião fica a critério de cada pessoa, mas parte, e, no meu ponto de vista não tem nada a ver com quem somos. E obviamente temos os mesmos direitos que os indígenas que moram na aldeia, o fato de estamos na cidade não significa que não somos mais indígenas. E entendo que isso é uma culpa da colonização e não propriamente nossa. Tenho relações com outras famílias Manchineri na cidade. Com relação às bebidas (álcool) e as drogas é bem complicado. A questão das drogas e bebidas alcoólicas, acho muito ruim, sobre saúde não tenho maiores informações, mas pelo que sei o atendimento ao indígena é de péssima qualidade (Eri Manchineri “Tor”, quando está em Rio Branco, reside no Bairro Irineu Serra, quando está na cidade de Xapuri, mora numa Colônia que querem demarcar como terra indígena. Na época da entrevista estava estudando na Universidade Federal de São Carlos. Entrevista Realizada por Alessandra Manchinery em 17 de março de 2013).

A fala de Eri Manchineri também afirma sobre a realidade do preconceito de se morar na cidade sendo indígena, preconceito formado por “parentes” indígenas. Fato esse que é uma problemática que muitos enfrentam por decidir ou necessitar morar na zona urbana.

SER INDÍGENA NA CIDADE: “IDENTIDADES E TERRITÓRIOS”

Os territórios Manchineri são espaços defendidos em detrimento de suas diferenças culturais dentro da sociedade dos não-indígenas, e são formados a partir de sua concepção e vivência tradicional dentro das Terras Indígenas. No imaginário social brasileiro “branco”, ainda há uma visão anacrônica de índio com hábitos primitivos: andar nu, viver com o corpo pintado, usar cocar” (Ninawa Huni Kui, em entrevista, em abril de 2013). Como exemplo disso, há o jargão de muitos não indígenas usado para denominar índios que vivem na cidade: de “desaldeados”, desaculturados, “já querem virar civilizados”, ou seja, estão fora da “aldeia”.

Dessa forma, afirmamos que o território Manchineri não é somente um “valor” material, é, sobretudo, uma incorporação de uma dimensão ideal e apropriação simbólica para a sobrevivência na cidade. O território é parte integradora da produção e reprodução da história de cada povo. Em outras palavras, é a consumação conjunta da necessidade de cada sociedade, tradicional ou não; e que parece partilhar dos domínios das condições de reprodução da vida dos homens, tanto as dele próprias, quanto a dos recursos dos quais eles dependem. Assim, o território Manchineri vai sendo “socializado e culturalizado” a partir do que melhor lhes convém.

Diante disso, afirmamos que cada povo forma um território a partir de sua realidade e cosmovisão. O espaço urbano, por exemplo, em sua natureza dinâmica, permite que a sociabilidade de povos indígenas se manifeste, dando um novo sentido aos seus trânsitos, recriando sua identidade. Tal identidade envolve as relações entre os indígenas nas comunidades e suas aldeias, e o convívio no espaço urbano.

Nesse sentido, as noções de região e de representação criam, de certa forma, elementos identitários, cujos interesses regionais entram no circuito interativo do espaço urbano. Isso se reflete nas concepções de relacionamentos recriados no espaço por parte dos indígenas.

Alguns indígenas têm sua própria visão do que é viver na aldeia e na cidade. A fala a seguir somente afirma essa concepção:

Eu nasci na Aldeia e vim para a cidade por causa de brigas de família. Os Manchineri da aldeia têm muitas características, uma delas é que os Manchineri estão muito desunidos e passei muito preconceito na cidade, na época que cheguei. Estamos na cidade para que um procure se formar em algo, e que venha melhorar sua qualidade de vida para que possamos ser exemplos para os outros que estão lá (aldeia), se matando no sol quente etc. Eu acho que as religiões é uma divisão humana. A saúde tem que melhorar muito tanto na aldeia quanto aqui, o descaso com a saúde indígena é muito. Também com a educação porque não temos uma educação de qualidade, muito alunos estão numa série mais não sabem direito o que leem e escreve, isso na aldeia. Nós da cidade estamos mais avançados do que eles (aldeia). A nossa cultura está dentro de nós, só em termo um nome indígena é uma cultura ou um sobrenome e, assim vai. Os brancos nos veem em muitos casos como um simples coitado ou um objeto que nos quer usar, mais muitos deles querem nos ajudar. Depois que retornei à aldeia e, passei três anos lá, não pretendo mais não. Os Manchineri que moram na aldeia pensam que a gente da cidade, só estamos aqui para ganhar dinheiro em nomes deles, pois eles se esquecem que também nós somos Manchineri (Elgle Artur Manchineri morador do Bairro Placas, entrevista realizada por Alessandra Manchineri em 17 de março de 2013).

Tudo indica que, ao manter seu *Eu* devidamente integrado, os Manchineri permitem-se sociabilizar e socializar sua identidade, recorrendo para aquela que melhor lhe beneficie na situação de contato com o mundo ocidental, isso devido ao preconceito étnico e a discriminação. O novo território e sua identidade será entendido da seguinte forma:

Sua personalidade poderia ser fracionada; presa na ambiguidade gerada pela situação interétnica, seria habilmente manipulada, mas de seu *Eu* não pode dizer que tenha deixado de ser integrado. Pois a manutenção de sua unicidade e ao exercício de sua refletividade, ainda que nem sempre reconhecida, (...) pôde sempre manipular sua identidade (OLIVEIRA; FREIRE, 2006, p. 75).

Seria essa uma estratégia de sobrevivência na cidade, que, no momento, se tornam escolhas, para que, nesse novo território, obtenha-se liberdade, liberdade no sentido de adaptar-se a um novo lar, a um “novo território” hospitaleiro. O território é a base para sua identificação, o sentimento de pertencimento e a efetiva apropriação simbólica e cultural (HAESBAERT, 2004). Mas, para que isso se concretize, é necessário recriar-se como povo culturalmente diferente, todavia massivamente consumidor.

Autores como Little (2002, p. 3) define a “[...] territorialidade como um esforço coletivo de determinado grupo social para ocupar, usar, controlar e se identificar com uma parcela específica de seu ambiente biofísico, convertendo-a assim em seu território”. Nesse sentido, a definição de território imbrica aspectos ecológicos, históricos, sociais, culturais, políticos e econômicos, fundamentalmente ligados às bases materiais e simbólicas da vida humana.

Porém, para os Manchineri, o território é uma identidade alicerçada nas bases materiais da terra, da cultura e da própria cosmologia. Os Manchineri só se apropriam daquilo que faz sentido para si enquanto indivíduo e coletivo; só se apropriam do que melhor lhe atribuem uma significação e, assim, toda apropriação material é, ao mesmo tempo, simbólica, cultural e imaterial.

Os ritos Manchineri, realizados no centro urbano, são uma realidade culturalmente forte, pois traz a memória simbólica e material, como os casos das pajelanças com o *Kamalampi*, que constituem um momento importante, que marcam a socialização de um indivíduo ou uma passagem, de uma situação de um grupo para outra. Eles marcam momentos constituintes da identidade dos Manchineri, nas diferentes fases da vida, incluindo a passagem para o mundo dos mortos. Isto manifesta as relações entre o mundo social e o mundo cósmico, entre o universo natural e o sobrenatural.

Destaco a fala de José Segundo Souza, sobre o *Kamalampi*, “o *Kamalampi*, nos mostra no mundo espiritual que 10 anos são como um dia, e esse um dia será mostrado como segundos”. (José Segundo Souza, o “tio segundo” em um Ritual no Bairro Sobral, no ano de 2009). Assim, ser indígena, na cidade, é também se constituir com os seres da floresta no tempo e da forma dos Manchineri.

Território, Lugar e Memória

Território, lugar e memória são elementos fundamentais para a construção dos vínculos sociais, simbólicos e rituais que as diversas famílias Manchineri mantêm com seus respectivos ambientes, seja na cidade, seja na aldeia. A identificação com o território é perpassada pelos lugares sagrados, determinada por cada família, e que decide qual

espaço tem mais valor espiritual. Isso dá lugar a uma memória tanto coletiva quanto individual. Já a noção de lugar também se expressa nos valores diferenciados que um grupo social atribui aos diferentes aspectos de seu ambiente. Essa valorização é uma função direta e determinante de cada povo.

Já a situação de pertencer a um determinado lugar, refere-se a grupos que se originaram em um local específico, sejam eles os primeiros ou não. A noção de pertencimento deste lugar agrupa tanto os povos indígenas de uma área imemorial quanto os grupos que surgiram historicamente em outra uma área, através de diferentes processos, principalmente o econômico.

Entendemos, assim, que ser de um lugar não requer uma relação necessária com etnia, que tende a ser avaliada em termos de “pureza”, mas sim uma relação com um determinado espaço físico ao longo do tempo. Evocamos os Manchineri como exemplo, que se relacionam com o espaço, eles o transformam em um novo território coletivo, e o transforma em categoria de identidade que se amplia. À medida que a identidade se firma naquele local, incorpora-se e materializa-se pela relação com os territórios construídos com base nas suas respectivas cosmografias.

São essas expressões que formam a territorialidade indígena, que não reside somente “na figura de leis ou títulos, mas se mantém viva nos bastidores da memória coletiva e individual que incorpora dimensões simbólicas e identitárias na relação do grupo com sua área, o que dá profundidade e consistência temporal ao território” (LITTLE, 2002).

Deste modo, mesmo o passar do tempo, não apaga o conhecimento dos movimentos do grupo, desde que se mantenha viva a memória dos ancestrais. Todo Manchineri, que reside na cidade, possui um lugar, sendo ele material e imaterial, e, sempre estará na memória dos indivíduos.

Parentesco, habitação e educação

Parentesco é a relação que une duas ou mais pessoas por vínculos de sangue (descendência/ascendência) ou sociais e, sobretudo, pelo “casamento”, e união. Dessa maneira, em concordância com Strauss (2003), afirmamos que:

O parentesco estabelecido mediante um ancestral em comum é chamado parentesco consanguíneo, enquanto que o criado pelo casamento e outras relações sociais recebe o nome de parentesco por afinidade. Chama-se de parentesco em linha reta quando as pessoas descendem umas das outras diretamente (filho, neto, bisneto, trineto, tataraneto, etc), e parentesco colateral quando as pessoas não descendem uma das outras, mas possuem um ancestral em comum (tios, primos, etc.) (STRAUSS, 2003, p. 37-38)

No caso, alguns homens Manchineri não obedecem a essa relação dada por Strauss. E nunca obedeceram, essa relação é formada a partir da ótica e vivência ocidental. Significa que todo povo indígena tem um sentido próprio para o casamento, para os seus rituais, para a educação e outros.

A “relação de parentesco entre os Manchineri que vivem na cidade” ocorre de diversas formas. Uma dessas formas é o “casamento” com os “brancos” e, com indígenas de outros povos, como os Apurinã, Kaxinawá, Pankararu, Jaminawa-Arara e Kambeba. Esses são um dos papéis estratégicos nos processos de reprodução no território urbano, pois aumentar a população indígena é fundamental para os povos em destaque.

No entanto, os processos de produção da etnicidade na cidade levantam interrogações sobre a conservação de antinomias e de enquadramentos espaciais de identidade, que chocam, com a emergência de dinâmicas territoriais, redes de relações entre a aldeia e a cidade, e estratégias étnicas de assimilação e inserção na vida urbana. Cândida Manchineri, descreve como era na aldeia e, como é na cidade:

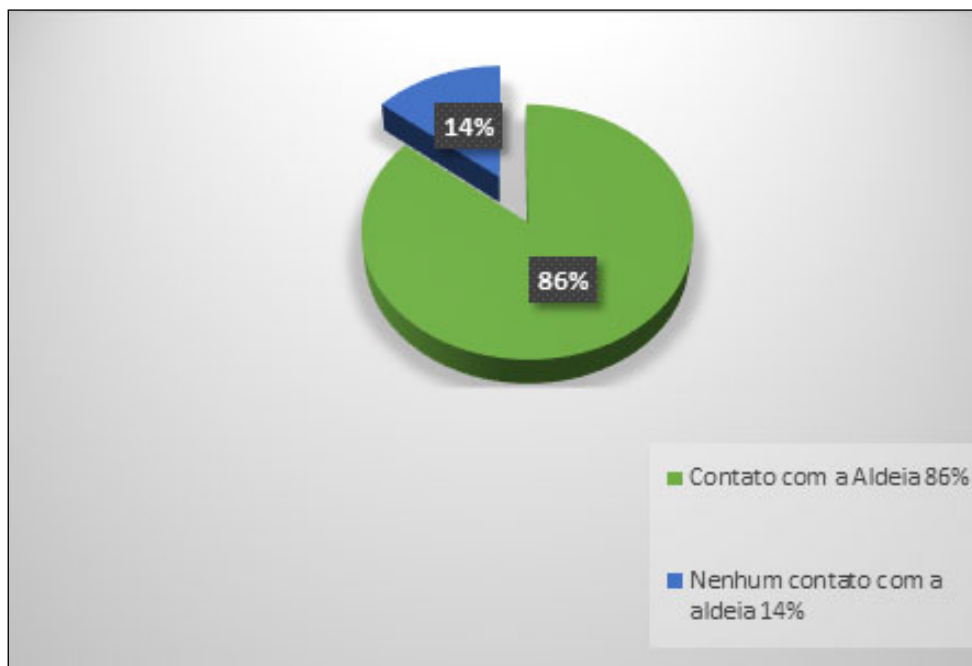
Meu avô morava no centro de Petrópolis, a gente passou lá, ela pediu o Sabá para morar com ele, ele morava sozinho com a comadre Petrônia e a comadre Tereza. Mais quando ele morreu, ele já não estava com a comadre Petrônia não, ele já estava com a comadre Tereza, e quando a filha dela morreu, ela ficou com o genro dela, exatamente isso. A sua vó pegou ela (Tereza) para criar com 7 anos. Depois que seu tio (Antônio Alves) morreu eu fiquei na Extrema ainda, e o seu Zé Urias também veio embora para cá (Rio Branco), eu vivi nove anos naquela aldeia ali, se não fosse a confusão do Otavio e o Chico Natico comigo, porque eles queriam ficar com as minhas vacas, eles butaram para mim matar viu, foi o Segundo (nome de um ancião Manchineri) que me ajudou mais eu deixei porque eu tenho coragem de trabalhar, se não fosse isso eu tinha morrido. Na aldeia eu tinha que limpar roçado, eu tinha que brocar roçado, eu tinha que bater campo, fazer tudo sozinha, meu Deus, porque os meninos eram tudo pequeno. Antes de eu vir para Rio Branco, eu fui pra Sena, chegando em Sena eu consegui passagem para cá, pra lá eu não quero voltar mais não (Dona Cândida Manchineri, ex- moradora da Aldeia Extrema, T. I. Mamoadate, hoje aposentada e moradora no bairro Sobral, entrevista à Alessandra Manchinery e Soleane Manchineri, em 2013).

Devido a muitos problemas nas aldeias, muitas famílias têm migrado, seja por fatos particulares ou questões sociais. Isso faz com que a “urbanização” indígena se torne desigual e conhecida como um fenômeno “recente”. Apesar de representar um tema ainda pouco estudado, não é um acontecimento de agora, mas um fato que vem acompanhando o processo de formação do Estado brasileiro como território, e se constitui um novo desafio para as políticas públicas.

Para melhor visualizarmos a relação dos Manchineri com a aldeia de origem, elaboramos a Figura 2, com a porcentagem de indígenas que vivem na cidade e que possuem laços afetivos muito fortes com a aldeia.

A presença de famílias Manchineri, na cidade de Rio Branco, remonta a década de 1980. Isso já perpassa quase cinco décadas, conforme análise da mobilidade da família do senhor, José Severino da Silva Manchineri, seu “Zé Urias”, que começou a andar em Rio Branco, nas décadas de 1970 e 1980, para fazer a mobilização de lutas pela demarcação da Terra Indígena Mamoadate. Em detrimento de problemas de saúde de sua esposa, firmou-se com toda a sua família na cidade de Rio Branco, no ano de 1985. Assim. Muitas famílias alojam-se com a finalidade de permanecer, estudar e se estruturar fisicamente, à medida que ganham seus espaços.

No que tange às relações de parentesco, vão desde as mais individuais e coletivas, até as superficiais, como mostra a fala de seu Raimundo Manchineri: “eu não conheço todos os Manchineri que mora na cidade, minha relação é somente com vocês, filhos do tio Zé Urias” (Raimundo Manchineri, em entrevista a Alessandra Manchineri, em 2013). A fala de seu Raimundo nos remete sobre a relação de ‘isolamento’ entre muitas famílias Manchineri que vivem na cidade. Se antes a convivência na aldeia era coletiva, na cidade passam a viver de forma longínqua e separada dos outros parentes.

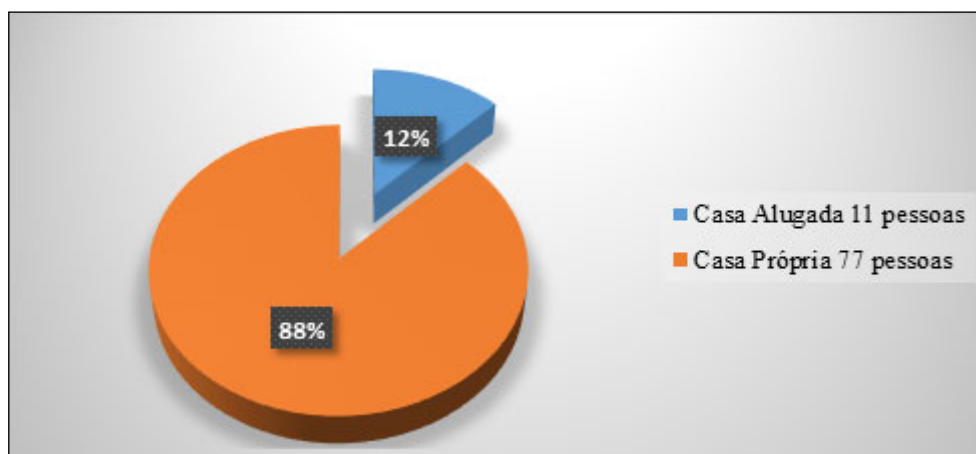


Fonte: Dados CIMI (2012), organizado por Alessandra Manchinery/2020.

Figura 2. Relação com a aldeia de origem.

Diante desse novo modo de vivência na cidade, encontramos cinco (05) clãs de Manchineri. Entre eles, estão os Severinos formados pelo Maimará, sobrenome negligenciado por causa da ditadura militar (época em que não era permitido registrar no idioma originário), os Alves Rodrigues, os Souzas, os Cascudos e os Emídios. Destes clãs, os únicos que não possuem relações muito amigáveis com os outros clãs de Manchineri, sejam eles da cidade ou/da aldeia, são os Emídios, segundo informações de Maria das Chagas Souza Manchineri, moradora do Ramal Bom Jesus/Vila Acre, em entrevista realizada por Alessandra Manchinery, em 2013.

Destas famílias, a maioria possui moradia própria. Grande parte delas em alvenaria. São poucos os que possuem a casa de madeira. A Figura 3 mostra a porcentagem dessas condições de moradia.



Fonte: Trabalho de campo. Elaborado por Alessandra Manchinery/2020.

Figura 3. Condições de Moradia.

Já a Figura 4 apresenta parcialmente o tipo de casa de alguns membros Manchineri, na cidade de Rio Branco. Relativamente, cada família territorializou-se de acordo com sua forma de ver o mundo, suas condições financeiras e, onde melhor se sentiu livre para plantar (Figura 5). O plantio da mandioca faz parte de seu modo de vida na aldeia, como também é componente relevante de sua culinária tradicional. Plantar, também, é uma forma de territorializar a memória de seu roçado na aldeia.



Foto: Alessandra Manchinery, em 2013.

Figura 4. Casa de uma família Manchineri.



Foto: Alessandra Manchinery, em 2013.

Figura 5. Ramal do Amapá, Roça de mandioca da Família Cascudo.

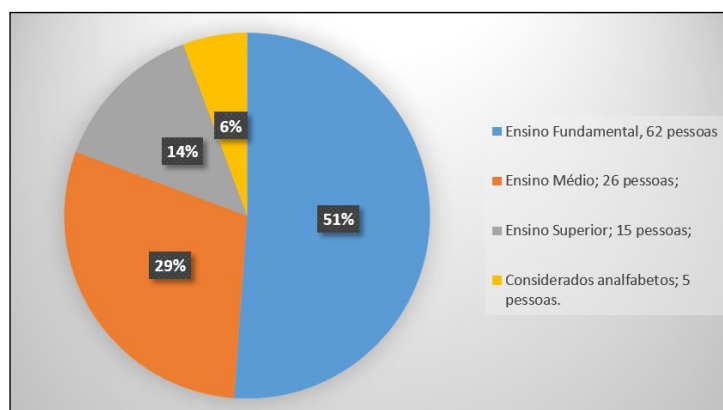
A Figura 6 mostra três membros de “clãs” de Manchineri, que chegaram à cidade com a finalidade de estudar e atuar no movimento indígena. João Cascudo (em pé), por exemplo, nos contou que ‘veio atrás do Zé Urias Manchineri em 1983’, mas quando chegou em Rio Branco, não encontrou seu primo. Então, teve de trabalhar junto com sua mulher, de caseiros nas fazendas e chácaras de Rio Branco. Foi assim que eles conseguiram juntar dinheiro e comprar seu primeiro terreno. Já os outros dois jovens estão atuando na saúde e no movimento indígena, na luta por direitos e cidadanias.



Foto: Alessandra Manchinery, em 2013

Figura 6. Membros das famílias Cascudo, Severino e Alves Rodrigues

Em relação à educação, a maioria dos Manchineri que vivem na cidade, concluíram o ensino médio, sendo que das 90 pessoas contatadas, 12 delas estão cursando o Ensino Superior, uns no Campus UFAC e outros no Campus de Cruzeiro do Sul. 18 estão estudando ou já concluíram o ensino médio. Atualmente, alguns Manchineri foram aprovados nos processos seletivos de Mestrado nas Universidade de Brasília, Rondônia e Acre. Hoje, dois deles já mestres. A Figura 7 mostra a escolaridade dos Manchineri na/da cidade.



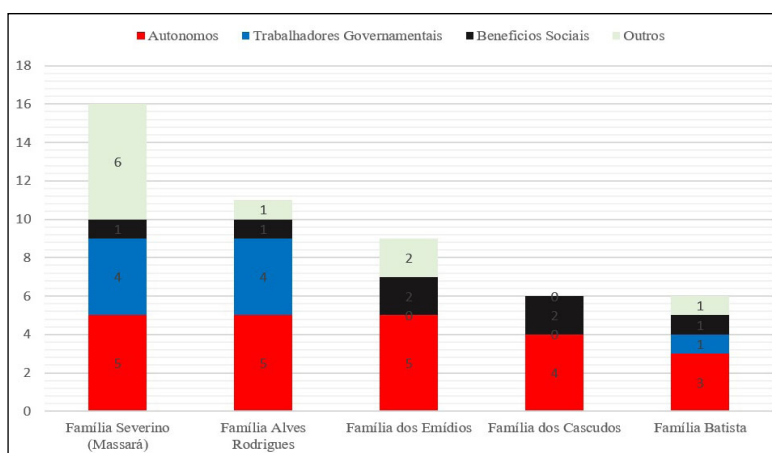
Fonte: Trabalho de campo. Elaborado por Alessandra Manchinery/2020

Figura 7. Escolaridade dos Manchineri que vivem na cidade de Rio Branco

O acesso à educação ainda representa um desafio para as populações indígenas, seja pela falta de informação e, sobretudo, pela barreira do preconceito e racismo sobre os povos indígenas. Embora aproximadamente 51% da população pesquisada possua o ensino fundamental, esse ainda não é um grande passo. Com relação ao ensino superior, há uma ampla procura para essa modalidade, mas o que dificulta é a falta de estabilidade financeira, nem todos têm condições de morar na cidade, já que, na capital, tudo é comprado, pois, na aldeia, vive-se da agricultura, da pesca, caça e coleta, ou de seus árduos trabalhos braçais. Apesar de haver uma procura maior por essa modalidade, ainda são poucos os Manchineri que possuem o acesso à universidade.

Não há dúvidas de que muitos estejam engajados nas causas indígenas, os Manchineri – e sua presença representam minorias marginalizadas e sem muito poder de voz. Isso salta aos olhos como um caso proeminente “novo”. Neste cenário, tem-se colocado uma série de questões desafiadoras para a própria Geografia: como estudar os indígenas em meio urbano? Como analisar essa nova espacialidade? Como estudar sua nova estrutura cultural? Resta-nos pensar como o espaço urbano precisa ser rediscutido e ser moldado em novas estruturas sociais para, assim, romper com o modelo antigo da Geografia colonizadora.

Diante de tantos desafios na cidade, os Manchineri decidiram também disputar o mercado de trabalho e receber os benefícios a que os não-indígenas têm direito. A Figura 8 é uma representação real de muitos indígenas.



Fonte: Trabalho de campo, elaborado por Alessandra Manchinery/2014.

Figura 8. Fonte de Economia de Famílias Manchinery que moram em Rio Branco.

A realidade econômica Manchinery é uma diversidade de dados. Seu sustento vem de várias fontes, seja da venda de artesanatos, de ser autônomo, do trabalho no movimento indígena, de ser funcionário público. Tudo isso faz parte de sua sobrevivência na cidade.

Neste sentido, muitos precisam reinventar-se, com vistas a sobreviver, se quiserem concluir ao menos o Ensino Médio e chegar ao superior. Cada família vive da forma que melhor lhe convém. Desta maneira, ao pensarmos no caso da inserção indígena na cidade, devem-se pensar as novas formulações de políticas públicas, na prevenção contra a violência, e no cuidado com a reestruturação dos direitos para os povos originários.

Percebe-se que os indígenas se envolvem a cada dia com o meio urbano. Estas são as novas bases de (re) construir novos territórios e garantir direitos dos que estão nas aldeias. Para isso, é necessário mover-se, migrar e transitar. Portanto, resta-nos afirmar que suas mobilidades territoriais são necessárias, como forma de dizer que a luta é incansável para todos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tentativas populares de argumentar que o indígena na cidade “deixa de ser índio” são fruto de um preconceito altamente pejorativo quanto ao índio, que o congela no tempo e no espaço, colocando-o em oposição à vida urbana e relegando-o ao atraso, à pobreza e à ignorância. Deste modo, a identidade indígena, nos centros urbanos, configura-se nitidamente como uma identidade em permanente construção.

A migração indígena, para os centros urbanos, ocorre de diversas maneiras, desde o traslado de grupos familiares para bairros onde já há um contingente grande de índios organizados politicamente, até casos de migração de indivíduos para a cidade em busca de empregos, tratamento de saúde, educação ou um novo estilo de vida. Se o índio migra para a cidade abandonando sua aldeia, algum motivo há, e o mais conhecido é o da falta de apoio que o governo, por meio da FUNAI, tem deixado de dar-lhes, como já ressaltava Baines em 2001.

Os indígenas estão migrando para a cidade buscando o que falta na aldeia: como mercadorias e educação forma, principalmente. O mundo dos brancos é representado por bens simbolicamente importantes: as mercadorias e a escola. Ir para a cidade significa escolarização, inserção no mercado de trabalho e, muitas vezes, casamentos interétnicos, como constata Nascimento e Vieira (2015).

Este artigo inspirou-nos a ter mais compromisso com estudos sobre povos indígenas dentro do contexto geográfico e social, da cidade, levando-se em consideração suas perspectivas, modo vida, cultura e visão de ver e conhecer o mundo.

No entanto, o que mais nos inspirou na pesquisa foi como os povos indígenas são capazes de se reinventar à medida que entram no âmbito de um espaço-território desconhecido, como também começam a elaborar novas estratégias de sobrevivência no mundo do “branco”.

As entrevistas foram necessárias para compreender o imbricado que é o processo de territorialidade indígena na cidade de Rio Branco, pois é necessário entender o tema para poder consolidar políticas adequadas para eles, e que também, não podem ser iguais às voltadas para as aldeias ou os que vivem nas aldeias, pois são realidade diferentes. Ressaltamos, ainda, que não se pode excluir esses povos dos direitos constitucionais, sendo estes indígenas na cidade, e da cidade, e independente dos espaços em que se encontram, são indígenas.

Afirmamos também que, durante todo o processo da pesquisa de campo, visualizamos a mobilidade acelerada, aumento do número de indígenas contingentes marginalizados nas periferias das cidades. Embora todos tenham um ponto de vista particular e são de diferentes fluxos, intensidade e modalidades, estes chegam à cidade com quase um mesmo objetivo: educação e saúde, além disso, todos possuem familiaridade que interligam a aldeia e a cidade.

Resta-nos discutir e apresentar, nestas considerações finais, que nossa preocupação inicial é tratar sobre os Manchineri nas cidades. Isso também nos fez pensar que estes têm sempre uma estratégia de sobrevivência, independente do território que chegam.

Diante disto, cabe-nos indagar: afinal, o que acontece nas territorialidades dos Manchineri, visto que o ambiente continua preservado, apesar da intensa pressão sofrida pela ocupação regional e também da pressão de um território que não é o original, mas construído sobre território inimigo? Entendemos que a preservação das relações tradicionais, que mantêm uma relação de continuidade entre homens e natureza, sem distinção ou privilégio de uns sobre os outros, o que estabelece regras claras na obtenção de recursos do meio, pode ser a chave da questão.

Diante dos fatos aqui apresentados, reafirma-se a importância de compreender as múltiplas relações socioespaciais estabelecidas nas diferentes territorialidades do povo Manchinery, principalmente compreender o sentido de terra e território para os Povos Indígenas. Deixamos claro, ainda, que, apesar de a Constituição de 1988 assegurar a demarcação das terras indígenas, as políticas fundiárias não dialogam com as categorias locais e nem mesmo os povos indígenas, negligenciando assim seus direitos constituintes.

NOTAS

4 José Severino da Silva Manchinery, também conhecido como Zé Urias, de 76 anos, é/foi uma liderança importante na década de 1970, na luta pela terra indígena, quando do início dos trabalhos para a demarcação da Terra Indígena Mamoadate. Foi um dos mediadores nas negociações entre seus parentes Manchinery e a família do patrão Antônio Canizio Brasil (último patrão dos Manchinery onde hoje é a TI). Mediou também, a partir de 1976, o processo de transição dos Manchinery de outros seringais e/ou fazendas para a terra indígena (MATOS, 2018). Atuou, em tempos mais recentes, na União das Nações Indígenas do Acre e Sul do Amazonas (UNI), no Conselho de Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Brasil (CAPOIB) e, mais recentemente, na Coordenação dos Organizações Indígenas na Amazônia Brasileira (COIAB).

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, W.B. *et al.* **Territórios quilombolas e conflitos**. Manaus: UEA Edições, 2010. 349 p. (Cadernos de debates nova cartografia social, v. 01, n. 02.)
- BAINES, S. Grant. As chamadas “aldeias urbanas” ou índios na cidade. **Brasil Indígena**. Fundação Nacional do Índio, v. 7, p. 15-17, dez. 2001.
- BATISTOTI, A.F.; LATOSINSKI, K.T. O indígena e a cidade: panorama das aldeias urbanas de Campo Grande/MS. **Revista Rua**, Campinas/SP, v. 25, n. 1, p. 329-355, jun. 2019.
- BERNAL, R.J. Índios urbanos: processo de reconformação das identidades étnicas indígenas em Manaus. *In*: SILVA, S.A. **Migrantes em contextos urbanos**: uma abordagem interdisciplinar. Manaus, EDUA, 2010.
- BERNAL, R.J. Índios **urbanos**: processo de reconstrução das identidades étnicas indígenas em Manaus. Manaus. EDUFAM, 2009.
- CIMI. Conselho Regional Amazônia Ocidental. **Indígenas em espaço urbano no Acre**. Rio Branco: CIMI, 2012.
- HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização**: “dos territórios” a multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 2004.
- LITTLE, P.E. **Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil**: por uma antropologia da territorialidade. Brasília: UnB, 2002. 32 p. (Série Antropologia, n. 322).
- MANCHINERY, A.S.S. **Territorialidades do Povo Manchinery**. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Geografia) - Universidade Federal do Acre, Rio Branco, 2014.
- MATOS, M.A. **Organização e história dos Manxineru do alto rio Iaco**. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - UFSC, PPGAS, Florianópolis, 2018.
- NASCIMENTO, A.C.; VIEIRA, C.M.N. O índio e o espaço urbano: breves considerações sobre o contexto indígena na cidade. **Cordis**: História: Cidade, Esporte e Lazer, São Paulo, n. 14, p. 118-136, jan./jun. 2015.

- NUNES, E.S. Aldeias urbanas ou cidades indígenas? Reflexões sobre índios e cidades. **Espaço Ameríndio**, Porto Alegre, v. 4, n. 1, p. 9-30, jan./jun. 2010.
- OLIVEIRA, J.P.; FREIRE, C.A.R. **A presença indígena na formação do Brasil**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade: LACED/Museu Nacional, 2006.
- STRAUSS, L. **As estruturas elementares do parentesco**. Petrópolis: Vozes, 2003.

ENTREVISTAS

Elgle Artur Manchineri, morador do Bairro Placas.

Erenilson Souza Manchineri “Thor”. Morador do Bairro Irineu Serra.

José Severino da Silva Manchineri (Zé Urias) foi cacique na T.I Mamoadate do Povo Manchineri nos 1970, e lutou pela demarcação da terra indígena. Trabalhou por mais de 40 anos no Movimento indígena. Morador no Bairro Chico Mendes.

Maria Cândida Alves Rodrigues (Tia Canda). Morador no Bairro Sobral.

Maria das Chagas Souza Manchineri, moradora do Ramal Bom Jesus-Vila Acre.

Ninawa Inu Huni Kui, liderança indígena.

Raimundo Manchineri “Pixoto”, morador no Bairro Sobral.

Soleane de Souza Brasil Manchineri. Moradora no bairro Cabreúva.

Vera Olinda Sena (Comissão Pró-Índio do Acre – CPI/AC).